- h) Abrir ou encerrar estabelecimentos ou partes dos mesmos;
- i) Dar e tomar de trespasse;
- j) Firmar e terminar contratos de arrendamento;
- k) Contratar e despedir empregados ou colaboradores da sociedade;
- l) Constituir procuradores ou mandatários da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos;
- m) Representar a sociedade em juízo ou fora dele, activa e passivamente, podendo contrair obrigações, propor e seguir pleitos, confessar, desistir ou transigir em quaisquer acções judiciais, celebrar convenções de arbitragem, assinar termos de responsabilidade substituindo-se por advogado ou pessoa habilitada sempre que tenha de recorrer a juízo, e, de um modo geral, deliberar sobre todos os assuntos que não caibam na competência de outros órgãos da sociedade.

ARTIGO 9.º

1 — A sociedade fica obrigada nos seus actos e contratos:

- a) Pela assinatura de um gerente;
- b) Pela assinatura de um procurador da sociedade, nos termos da respectiva procuração.

2 — A sociedade pode ser representada pelo seu gerente nas assembleias gerais das sociedades em que tenha participação.

3 — Os gerentes ficam expressamente proibidos de obrigar a sociedade em fianças, letras de favor, avales, abonações ou outros actos, contratos ou documentos estranhos ao objecto social, sendo nulos e de nenhum efeito os actos e contratos praticados em violação desta norma, sob pena de o infractor responder perante a sociedade pelos prejuízos que lhe causar.

ARTIGO 10.º

1 — As assembleias gerais serão convocadas por qualquer dos gerentes, por carta registada com aviso de recepção, com uma antecedência mínima de, pelo menos, 15 dias. Contudo, se o capital social se encontrar integralmente presente ou representado, a assembleia geral poder-se-á realizar sem qualquer convocação.

2 — O sócio ou sócios impedidos de comparecer à assembleia geral poderão fazer-se representar por outro sócio ou por pessoa estranha à sociedade, mediante simples carta, por ele assinada, dirigida à sociedade, identificando o representante.

ARTIGO 11.º

Os lucros líquidos apurados em cada exercício, observados os imperativos legais quanto à constituição de reserva legal, serão aplicados conforme o que for decidido pela assembleia geral.

ARTIGO 12.º

1 — A sociedade pode ser dissolvida nos casos previstos na lei.

2 — A assembleia geral que deliberar a dissolução designará também os liquidatários e regulará o processo de liquidação e partilha.

ARTIGO 13.º

Os preceitos dispositivos do Código das Sociedades Comerciais poderão ser derogados por deliberação da assembleia geral.

Disposição transitória

ARTIGO 14.º

A sociedade assume, desde já, a obrigação de pagar todas as despesas com a sua constituição e registo.

ARTIGO 15.º

Ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

ARTIGO 16.º

Para fazer face às despesas com o apetrechamento da sociedade tendo em vista a prossecução da sua actividade, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 202.º do Código das Sociedades Comerciais, qualquer dos sócios gerentes poderá proceder ao levantamento da importância depositada em conta aberta em nome da sociedade, no Banco Fonsecas & Burnay, dependência de Miraflores.

Está conforme o original.

19 de Fevereiro de 1998. — A Ajudante Principal, *Maria Bernardina Sobinha de Sousa*.
3000193432

PROJECNTROL — SISTEMAS ELECTRÓNICOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 8049; identificação de pessoa colectiva n.º 501086714; inscrições n.ºs 13 e 16; números e datas das apresentações: 06/930526 e 04/950112.

Certifico que foram depositados, na pasta respectiva, fotocópia da(s) acta(s) da assembleia geral n.ºs 20 e 22, de 8 de Março de 1993 e 2 de Março de 1994 e os restantes documentos respeitantes à prestação de contas do exercício de 1992 e 1993.

5 de Setembro de 1995. — O Segundo-Ajudante, *Vitor Manuel Pereira da Costa do Espírito Santo*.
3000194949

LOURES

TRANSPORTADORA A CENTRAL DA FONTE LUMINOSA

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 01379; identificação de pessoa colectiva n.º 500424837; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 20/921103.

Certifico que por escritura de 16 de Janeiro de 1992, exarada de fls. 38 v.º a fl. 39 v.º do livro n.º 1021-C, do 14.º Cartório Notarial de Lisboa, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Aumento de capital de 100 000 000\$ para 200 000 000\$; em consequência foi alterado o artigo 4.º do contrato social que passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro e nos bens e valores sociais, é de duzentos milhões de escudos e está dividido em duas quotas iguais de cem milhões de escudos cada uma, pertencentes uma a cada um dos sócios Idalina Maria Ribas Martins e João Álvaro Martins Carrapiço.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

7 de Julho de 1995. — A Ajudante, *Lucília Maria Gomes Jacinto*.
3000195281

RIBEIRO & MARTINS GUERREIRO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 19 116; identificação de pessoa colectiva n.º 500232059.

Certifico que foram depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 2004 e entregues em 24 de Maio de 2005.

19 de Outubro de 2005. — A Escriutária Superior, *Carla Ferreira do Souto de Jesus*.
2003965831

BOTIFLOR, FLORISTA, L.ª
(anteriormente SAPATARIA ANIGIA, L.ª)

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 04783; identificação de pessoa colectiva n.º 501598324; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 15/981019.

Certifico que por escritura de 29 de Setembro de 1998, exarada de fl. 137 a fl. 139 v.º do livro n.º 174-I do 15.º Cartório Notarial de Lisboa, foram alterados os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 6.º do contrato social, que passam a ter a seguinte redacção:

1.º

A sociedade adopta a firma BOTIFLOR, Florista, L.ª, e tem a sua sede na Rua dos Combatentes do Ultramar, 89, Botica, freguesia e concelho de Loures.

2.º

O objecto da sociedade consiste no comércio de flores e utilidades afins.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de seiscientos mil escudos e corresponde à soma de duas quotas, uma de quatro-